

Conclusão

Carlos Roberto Sanchez Milani

Logos e Eros, Cronos e Kairós no espaço mundial contemporâneo: os múltiplos territórios das redes, organizações e movimentos transnacionais

Coube a mim a tarefa de delinear elementos conclusivos a esta coletânea de capítulos pensados e escritos por autores com distintas trajetórias intelectuais e experiências profissionais, que procuraram dar um tratamento crítico e rigoroso à análise das tensões engendradas, no campo abrangente dos diálogos multidisciplinares, entre as duas noções polissêmicas enfatizadas pelos organizadores deste livro: o território e o desenvolvimento. Vimos, ao longo dos capítulos, que o desenvolvimento é passível de críticas enquanto projeto político mistificador do universal, concentrador de riquezas, reproduzidor de desigualdades estruturais e de valores fortemente etnocêntricos. Como afirma Alain Musset em seu capítulo, entre os diversos mitos do desenvolvimento não podemos negligenciar o discurso sobre o subdesenvolvimento que, de fato, foi “desterritorializado e transformado em uma alegoria das relações de poder” nas diversas escalas do global, nacional ou regional. Elsa Kraychete, por sua vez, a partir de um estudo empírico inédito sobre as finanças no estado da Bahia, trata das dinâmicas do capitalismo que apontam para a concentração e revelam múltiplas faces do desenvolvimento desigual característico do padrão de acumulação de capitais. Ainda vale ressaltar a contribuição de Cláudio Brandão, que reitera a importância de não se generalizar o processo histórico do desenvolvimento, porquanto território, escalas e desenvolvimento são produções humanas dinâmicas e conflituosas que se legitimam na ação de distintos agentes inseridos em trajetórias abertas de natureza processual. No entanto, o sentido da transformação social profunda que porta a mensagem mais radical do desenvolvimento tende a ser considerado pelos distintos autores desta obra como vetor essencial de democratização das sociedades, mormente as mais assimétricas, díspares e fragmentadas do Hemisfério Sul. Nesta conclusão, não retomarei a discussão, já brilhantemente aqui avançada, mas também analisada em outros escritos (MORAES, 2006; RIST, 1996), em torno das promessas (não cumpridas) do desenvolvimento. Buscarei, à guisa de conclusão, simplesmente aprofundar o debate sobre os sentidos do território no espaço mundial contemporâneo.

O espaço mundial – desde o século XVI, porém sobretudo a partir da expansão das relações interestatais no século XIX – foi sendo pouco a pouco recortado por fronteiras, que definiram os limites entre impérios coloniais ou, a seguir, com o crescimento das demandas por autonomia política, por fronteiras entre Estados nacionais, em primeiro lugar nas Américas e, mais tardiamente, nos continentes africano e asiático. A fronteira do Estado-nação foi redesenhando o *mappa mundi* no espaço mundial e definindo o sentido clássico do “internacional”, qual seja, o das relações entre nações e Estados. Como afirma Musset neste livro, neste espaço mundial dividido por fronteiras nacionais, três arquétipos espaciais comuns a todos os discursos sobre o desenvolvimento e o seu contrário foram construídos: Metrópole e Colônia, Centro e Periferia, Norte e Sul. Poderíamos, outrossim, adicionar a divisão geopolítica que representou o Leste-Oeste durante a Guerra Fria, ou as divisões menos clássicas presentes na política mundial contemporânea, tais como o Global-Local, o Colonizador-Colonizado, a divisão entre o Humano e a Natureza, bem como a divisão de gênero Homem-Mulher. Tais arquétipos e sentidos do território significante das relações internacionais – e, posteriormente, da política mundial – construíram-se sobre um planisfério marcado por fronteiras estatais que buscam ainda hoje circunscrever nacionalidades historicamente construídas e proteger territórios que se afirmam soberanos. Essa definição do espaço mundial permite-nos dialogar com Cássio Hissa, que em seu capítulo nesta obra lembra com muita erudição que o mundo, em última instância, é uma “idéia histórica desterritorializada”, uma vez que se trata de um construto social remetendo-nos ao monopólio que ocuparam tradicionalmente os Estados nacionais enquanto atores das relações interestatais – um mundo das relações interestatais que não existe em si, porquanto não passa de uma “suspeita abstração quando pensamos que a vida e as existências se dão nos lugares, na escala dos cotidianos.”

De modo semelhante e analisando a construção dos sentidos de fronteira, soberania e território nas relações internacionais, Biersteker (2001) chama a atenção para o fato de que as mudanças das fronteiras territoriais são constantes na história da política internacional. Os Estados podem desagregar-se, aumentar, novos Estados podem surgir, mas há também um debate sobre a relevância do território (físico) e a função da fronteira (permeável ou não) na promoção dos interesses do Estado. O final do século XIX e transição para o século XX demonstraram a obsessão com a conquista territorial: a geopolítica de Friedrich Ratzel e Halford Mackinder, por exemplo, apresentava os Estados como territórios em competição e em busca de controle físico; já a geopolítica marítima de Mahan salientava a conquista dos mares e de novas colônias. Como trata Biersteker (2001), pelo menos três relativizações históricas a tais concepções de território

podem ser lembradas. A primeira relativização deu-se em 1911, com a publicação de *The great illusion* (Norman Angell), segundo o qual a conquista de territórios não poderia ser vista como sinônimo de prosperidade. Norman Angell dava mais ênfase ao uso do território (o “como”) e não somente ao aumento dos territórios. A segunda relativização deu-se com a era atômica: as bombas poderiam dizimar territórios. Hoje, a terceira relativização a que assistimos decorre da necessidade imperiosa para os atores da política mundial contemporânea de controlar as redes (e não somente os territórios fixos) e os fluxos (econômicos, de informação).¹

Assim, o território constitui-se como uma categoria que pode possibilitar-nos tornar concretos – agora no campo já ampliado das relações internacionais – os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, além de nos permitir evitar uma perspectiva imaterial ou pós-materialista da política. Haesbaert (2006:127) afirma que o território é antes de tudo “um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e de desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle.” É a partir desse contexto complexo de contestação dos sentidos dos territórios estabelecidos nas relações internacionais e de reconhecimento dos constantes processos de reterritorialização de identidades e interesses para além do Estado-nação que desenvolveremos estas conclusões em três breves momentos: (i) processos de globalização, território-*Logos* e território-*Eros* na política mundial; (ii) *Cronos* e *Kairós*, tempos cronológicos e temporalidades sociais do “internacional”; (iii) territorialidades construídas na articulação de escalas (movimentos, redes e organizações não-estatais).

¹ Biersteker (2001) lembra que as formas do Estado, os significados da soberania e as concepções da territorialidade não são fixas nem constantes no tempo e no espaço das relações internacionais. As generalizações à revelia do tempo e do espaço foram sempre problemáticas. Estado e soberania são conceitos co-constitutivos. O Estado westfaliano tem fronteiras distintas. É comum que internacionalistas utilizem a categoria do Estado (e das práticas estatais) como se ela fosse invariável no tempo ou uma instituição política imutável, a exemplo de Kenneth Waltz (a anarquia como uma “striking sameness”) ou Robert Gilpin (os Estados “throughout history” tiveram como objetivo principal a conquista do território a fim de defender seus interesses econômicos e de segurança). Da mesma forma, segue Biersteker (2001), os Estados utilizam a soberania com um significado operacional; o ideal da soberania westfaliana sempre foi um ideal, pois o sistema westfaliano tem sido hegemônico, mas não universal. Além disso, os conceitos de soberania são muitos, mas Biersteker (2001:162) chama a atenção para o conceito de Carl Schmitt: “soberano é aquele que decide a exceção” – o que nos remete a soberanias politicamente desiguais e substantivamente díspares.

(i) **Processos de globalização: *Logos* e *Eros* na definição dos territórios do “internacional”**

Pelo menos dois aspectos fundamentais caracterizam as tensões contemporâneas engendradas pelos processos de globalização: a presença expressiva de atores não-governamentais na política e o desenvolvimento de relações transnacionais organizadas de forma reticular.² Como lembra Therborn (2000), a globalização é um conceito bastante aberto quanto aos elementos do seu conteúdo ou mesmo de sua aplicabilidade, incluindo argumentos acadêmicos, ideológicos e midiáticos em torno, quase sempre, de cinco focos alternativos: 1) a intensificação da competição econômica; 2) uma percepção crítica de suas conseqüências sociais; 3) a impotência do Estado face aos avanços de uma economia globalizada; 4) os fluxos transnacionais de cultura, e, por fim, 5) um discurso sobre ecologia planetária e seus ecossistemas. Isso significa que os processos de globalização descrevem diferentes modos de ser dos atores e dos sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Do ponto de vista adotado nesta conclusão, entende-se que a uma análise sistêmica da globalização é necessário incorporar as dimensões das relações de poder e dos conflitos nela envolvidos, como assinalaram muitas contribuições nesta coletânea. A globalização não pode ser dissociada dos dilemas do poder que ela mesma engendra nas diferentes realidades nacionais, locais e regionais (ORTIZ, 1994). São as dimensões do poder e do conflito que permitem, constantemente, reavaliar os aspectos qualitativos e extensivos da globalização, que têm acentuado as desigualdades sociais em vários recortes dos sistemas (emprego, distribuição da riqueza, educação e saúde, migração, entre outros).

Ademais, pode-se dizer que, se por um lado tais processos de globalização habilitam Estados e setores a um engajamento mais intensificado nos sistemas de troca e negociação transnacional, por outro, eles constantemente restringem, pois impõem uma seletividade. Guibernau (1997) afirma que, do ponto de vista da cultura, a globalização é um fenômeno capacitante mas também coercitivo; isto é, tanto expande as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias como imprime diferenciações de acesso a recursos por diferentes culturas. Quando confrontados com a questão nacional (os diferentes nacionalismos), os processos de globalização deparam-se com oposições entre tradição e valores manufaturados (sem raízes), identidade cultural de comunidades e identidade sem configuração cultural específica, normas socialmente produzidas de interação social intensa e solidariedade social em oposição a normas operacionais e de baixíssimo grau de interação entre indivíduos, entre outras oposições possíveis.

² As relações transnacionais são aqui definidas, seguindo Risse-Kappen (1995), como interações de caráter regular e contínuo através das fronteiras nacionais quando pelo menos um dos atores envolvidos é um agente não-estatal ou cuja ação não se dá em nome de um governo nacional ou de uma organização intergovernamental.

Do que foi dito anteriormente resulta a necessidade de discutir a fronteira que marca a relação entre o *in* e o *out* da política relevante nas relações internacionais, bem como o significado e a localização do território da ação política considerada significativa. Nesse sentido, há que se lembrar o artigo seminal de Jens Bartelson (2000), no qual o autor sugere que a globalização descreveria três dimensões da dinâmica dos sistemas mundiais contemporâneos: transferência (intensificação das trocas), transformação (mudanças nos sistemas e nas identidades de suas unidades constitutivas) e transcendência (diluição das fronteiras de inclusão ou exclusão). A intensificação das trocas (transferências econômicas ou simbólicas) talvez seja o aspecto mais difundido nas análises sobre a globalização, e é caracterizada por um movimento de dentro para fora (*inside out*) das unidades participantes (Estados-nação). A segunda dimensão, a transformação, caracteriza uma dinâmica que ocorre por cima das unidades dos sistemas, marcada pela interação entre sistemas e setores; descreve um movimento multidimensional de fora para dentro (*outside in*), em que definições econômicas e políticas são tomadas num jogo de intersecção que não se restringe às unidades do sistema, relativizando e re-contextualizando a soberania dos Estados nacionais. Finalmente, a dimensão de transcendência da globalização, em última instância, des-temporaliza e re-territorializa as práticas humanas, as condições de produção do conhecimento, caracterizando uma dinâmica própria, irreduzível a causas singulares do sistema ou de suas unidades; um mundo em que a relação dos objetos é gradualmente dominada pelos seus signos e pela informação, subvertendo a ordem constituída dos Estados e da produção de sua identidade, re-territorializando solidariedades, afiliações políticas e sistemas de autoridade. Isso afeta a própria estrutura de referência do Estado, da nação, da soberania e da sociedade como um conjunto de normas, valores e culturas, herdados e reproduzidos e, paradoxalmente, continuamente modificados.

Isso significa, ademais, que os territórios do internacional são construídos por valores materiais e produtivos, mas também éticos, simbólicos, religiosos e relacionais. O território das redes e da interconexão ocupado pelas solidariedades transnacionais (de direitos humanos, ecologistas, feministas, indígenas etc.), por exemplo, tem valor e poder da mesma forma que o território limitado pela afiliação política à nação. Como sublinha Haesbaert (2006:95), o território-*Logos* constitui-se a partir de “forças racionalizadoras de dominação”, ao passo que o território-*Eros* se forma com “as forças mais subjetivas de apropriação”. Inspirado nos trabalhos de Henri Lefebvre (por exemplo, *A produção do espaço*), Haesbaert (2006) reafirma, assim, que o espaço social é um construto social, um instrumento de controle e, ao mesmo tempo, uma ferramenta de dominação. O espaço é político e ideológico. Como lembra Georges Benko em seu

capítulo aqui, o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, porquanto o território é materialidade, produção, tecnologia (território-*Logos*), mas – de forma co-constitutiva – o território é também imaterialidade, subjetividade, culturas e identidades que formam o território político das trocas sociais e econômicas, ou seja, ele é compartilhado no cotidiano, baseia-se na auto-gestão, cria raízes e laços de pertencimento (território-*Eros*). Retomando a contribuição de Maria Teresa F. Ribeiro e Elizabeth Loiola, poderíamos afirmar que os territórios são também expressões de complexidades compartilhadas no cotidiano – razão pela qual a categoria que deve nos ocupar em nossas análises não é o território em si, mas sim o território utilizado, o “território semantizado” (Haesbaert, 2006:70).

O caso europeu permite-nos uma discussão interessante sobre os limites entre o território político-racional e o território cultural-identitário. Sabemos que a União Européia se define em função do “ser europeu”, donde a necessidade de perguntar-se sobre até onde se estendem as fronteiras da Europa. Os limites seriam geográficos, físicos, históricos, culturais, econômicos de um mercado de intercâmbios? Haveria valores culturais e religiosos comuns que distinguiriam a Europa de seus vizinhos? Na origem, a Europa, cujo termo escrito devemos aos gregos, indicava a “direção do oeste”, referindo-se às margens ocidentais do Mar Mediterrâneo. A Europa designava, assim, o litoral ocidental do Mar Egeu e a margem grega do Estreito de Bósforo. A idéia inicial de Europa é essencialmente geográfica. Mas, com o passar dos séculos, o domínio da cultura e da política passou a investir o campo dos significados dos limites da Europa. Isso significa que se pode residir na Europa, mas também se pode pertencer à Europa. A questão se complexifica quando a Europa transgrediu suas fronteiras físicas com a colonização dos novos mundos: como pensar a Europa a partir do momento em que os europeus se encontravam fora da Europa? A expansão da cultura européia por meio do cristianismo (principal religião européia com vocação missionária), da revolução científica do século XVII, do direito e dos processos de racionalização e sistematização das questões sociais e institucionais levaria uma identidade para além de suas fronteiras (território-rede)? Em outras palavras, o território europeu precisa de fronteiras? Na sua origem, a Europa foi mais um projeto aberto e menos uma entidade fechada, em oposição às tendências atuais da política migratória e de controle das fronteiras (espaço Schenghen). Para o bem e para o mal, a Europa se expandiu e nunca se restringiu aos limites de uma fronteira. Colonização, imperialismo, mas também solidariedades pós-nacionais (informações, economia, cultura). Ponto importante, não são somente as solidariedades pós-nacionais que atravessam as fronteiras: as solidariedades pré-estatais também, como no caso das famílias, das tribos, das comunidades religiosas européias (BRAGUE, 2007).

(ii) *Cronos e Kairós, tempos cronológicos e temporalidades sociais do “internacional”*

A temporalidade social é fruto da conjugação de *Cronos* e *Kairós*. *Cronos* sintetiza a sucessão irreversível do antes, do agora e do depois, de acordo com a qual tudo o que já aconteceu não pode deixar de ser e tudo o que estiver por acontecer não pode ser conhecido. Trata-se do tempo cronológico, o tempo das datas. *Kairós* conjuga tempos passados e futuros, a memória do acontecido, o sentido e a intenção de um imaginário sobre a destinação coletiva. Ambos constituem a bi-dimensionalidade do tempo social e histórico. Isso significa que, da mesma forma que não podemos pensar a história dos territórios sem levar em consideração a cronologia, não podemos negligenciar o fato de que não existem cronologias neutras (VALENCIA GARCÍA, 2007). Por exemplo, no começo do século IX, Carlos Magno não era nem francês nem alemão, ao passo que, no século XVI, o Sacro Império Romano de Carlos V podia, ainda, transcender as fronteiras nacionais, mas já se confrontava com a identidade nacional francesa e inglesa (BRAGUE, 2007).

Da mesma forma, problemas e fenômenos da atualidade política internacional (deterioração ambiental, exclusão social, movimentos anti/alterglobalização) não se constroem de forma alheia a posturas éticas e políticas que envolvem de modo central o tempo, pelo menos no que diz respeito à luta política contra o tempo imediato da lógica pan-econômica. É evidente que tempo e espaço são indissociáveis (complexo espaço-temporal), tanto no mundo físico quanto no mundo social. A ação social (práxis) territorializa-se em um espaço físico e com tempos definidos (na sucessão de datas e na atualização de atos anteriores, por meio dos objetos da memória), podendo inclusive ser sincrônica (multiplicidade de ações “ao mesmo tempo”) e conferir particularidade a cada lugar em que se manifestam as sociedades e as culturas. O *cronotopos* constitui uma conformação espaço-temporal singular.

O tempo também interfere na territorialização de identidades na política mundial contemporânea por meio de sua dimensão histórico-antropológica, ou seja, a dimensão que indica um tempo situado na consciência de finitude. O ser humano tem consciência de sua morte, seja ele religioso ou não, podendo a partir dela gerar capacidades coletivas a fim de antecipar e criar o futuro. A consciência da finitude produz, no humano, uma necessidade projetada de atingir a eternidade. O movimento ecologista, por exemplo, em suas diferentes expressões, trata de promover a necessidade política de proteção do meio ambiente para gerações futuras. Essa antecipação da responsabilidade de gerações do futuro para o presente entra inclusive no discurso institucional da cooperação internacional, como no caso do Relatório Brundtland (*Nosso futuro comum*), publicado em 1987. Também no discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional

faz-se alusão à necessidade de luta pelos “mortos de sempre”, os “omitidos permanentes da pátria”. Parafraseando Bourdieu, pode-se afirmar que o morto prende o vivo (*le mort saisit le vivant*) na construção das ações coletivas transnacionais com base nas interrelações entre tempo histórico e espaço social.

Além disso, há escalas distintas do tempo social: entre o tempo em geral e os tempos locais sempre podem ocorrer lapsos e desconexões. Um exemplo claro dessa desconexão, lembrado por Valencia García (2007), diz respeito à reação dos zapatistas ao Estado mexicano um ano depois do levante indígena e autonomista de Chiapas em 1995, quando os representantes do Estado mexicano solicitavam insistentemente respostas ágeis dos zapatistas. Estes reagiram com sofisticados argumentos distinguindo Cronos e Kairós, como se percebe na afirmação seguinte: “nós somos indígenas e temos ritmos, formas de entender, decidir, de fazer acordos (...) que eles não entenderam. Eles nos entendem ao contrário. Nós usamos o tempo e não o relógio.”³

Como ressalta Germán Solinís nesta coletânea, não devemos negligenciar o fato de que o território foi construído e disciplinarmente limitado, por um lado, pela geografia política e institucional e, por outro, pela etologia animal e humana, no marco do debate aberto e progressivo entre as ciências sociais e as ciências naturais. *Grosso modo*, em ambos os casos, tendeu-se a considerar o território como um artefato e quase raramente como um processo temporalmente dinâmico e historicamente complexo. Isso significa que a natureza dinâmica da temporalidade social foi, de regra, ignorada em prol da fixação da categoria teórica e política do território. Como já afirmou Cássio Hissa em seu capítulo, o mundo não está fora dos sujeitos do mundo, dos cidadãos. Poderíamos dizer, indo mais além, que o mundo não está fora do seu tempo-espaço das comunidades ou dos lugares sociais. Hoje, os sujeitos da ação transnacional (movimentos ecologistas, redes de ativismo político, organizações de direitos humanos) podem experimentar, ao mesmo tempo, múltiplos territórios, segundo padrões, qualidades e níveis que nunca houve anteriormente ao advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Isso não significa uma superação da política do território pela política do tempo, mas uma tensão constante e dinâmica entre ambas nas relações internacionais.

³ Frase pronunciada pelo subcomandante Tacho, citada por John Holloway, “El concepto de poder y los zapatistas”, texto disponível na internet, março de 1996.

**(iii) Territorialidades construídas na articulação de escalas:
movimentos, redes e organizações não-estatais**

A escala descreve a organização física e social dos territórios, mas também explica os processos políticos na ordem mundial. É por meio de uma análise escalar que se pode responder à questão: onde ocorrem as relações internacionais? As escalas da geografia integram, ao mesmo tempo, propriedades físicas e sociais de interação política, devendo ser consideradas como andaimes territoriais complexos e socialmente contestados para os quais convergem formas múltiplas de organização territorial (BRENNER, 1998). A partir desse entendimento de escala, o Estado territorial é em si uma forma multiescalar de organização territorial capitalista que engloba escalas nacionais, subnacionais e supranacionais. Da mesma maneira, movimentos transnacionais e redes constituem marcos (*frames*) materialmente reais de interação social, moldados por suas formas de sociabilidade e sua organização reticular. Buscar entender onde se encontra a política mundial contemporânea não implica descrever o papel dos indivíduos, do Estado ou a natureza do sistema internacional, porém analisar a organização física e social da própria política, bem como as interações entre indivíduos, Estados e o sistema internacional (SJOBORG, 2008).

Do ponto de vista do território e da articulação das escalas, é importante notar que as mensagens políticas e as ações propostas pelos movimentos ambientalistas, feministas e de direitos humanos adquirem envergadura verdadeiramente transnacional. A escala transnacional corresponde a um *continuum* territorial de interações (conflito, cooperação, pacto, coalizão etc.) que se estendem do local ao global (da menor à maior abrangência), redefinindo, assim, a identidade, a estratégia e os recursos das organizações-em-rede. Da mesma forma que o capital transnacionalizado induz mudanças sistêmicas no regime de acumulação (que, gradativamente, passa de nacional e internacional a um regime global de acumulação), os movimentos sociais transnacionais tendem a organizar-se e constituir-se reticularmente. O nexo local-global constrói o sentido do transnacional, porquanto no processo de apropriação política e econômica dos espaços pelos movimentos e redes, o território da crise ecológica, da injustiça social ou da denúncia das violações dos direitos humanos não é nem parcial, nem limitado a uma escala local. O conteúdo dessa crise e sua extensão, as ameaças introduzidas pela desigualdade social e pelos estilos de vida, bem como a necessidade de rever os modos de produção e culturas políticas, ultrapassam as fronteiras nacionais, gerando conflitos cuja solução política implica forçosamente uma negociação multilateral.

No caso dos problemas ambientais, por exemplo, pode-se afirmar que eles têm, do local ao global, um impacto sobre a definição da segurança coletiva (aquecimento), colocando em questão

as fronteiras administrativas dos Estados nacionais, a separação entre o nacional e o internacional, a definição monolítica do interesse nacional, a ação estatal baseada na razão de Estado, assim como a soberania incondicionada dos Estados. A problemática ambiental perturba, assim, o mundo moderno da territorialidade contínua e justaposta. Como afirma Porto Gonçalves (2001:71-72),

se o conceito de espaço vital foi tão essencial na época de F. Ratzel, como para dar sustentabilidade ao desenvolvimento calcado no Estado nacional (...), em um capitalismo mundializado o espaço vital necessário para dar sustentabilidade ao sistema já não é o Estado nacional. (...) Estamos frente a uma clara tensão de territorialidades dentro do processo atual de reorganização social, em que a questão ambiental, ou seja, a relação entre a sociedade e a natureza, cumpre um papel constituinte.

Por conseguinte, nas relações internacionais, o redirecionamento dos processos econômicos globais afeta diretamente a emancipação potencial dos atores transnacionais. As mudanças no nível da ordem mundial dizem respeito à forma como se organizam e se posicionam os atores, movimentos, organizações. Nos anos 1950 e 1960, foram os funcionalistas (David Mitrany, Ernst Haas) que, no seio da disciplina das Relações Internacionais, iniciaram as reflexões sobre o papel das coalizões de interesses entre indivíduos pertencentes a países diferentes (com percepções e necessidades comuns). Nos anos 1970, Keohane e Nye (1972) definiram as relações transnacionais como o conjunto de contatos, coalizões e interações através das fronteiras nacionais que não são controladas pelos ministérios responsáveis pela política exterior nos respectivos países; privilegiaram atores de natureza bastante variada, incluindo empresas multinacionais, movimentos revolucionários, a Igreja Católica, sindicatos, redes de cientistas, transportes aéreos, entre outros.

A ruptura nos estudos sobre a transnacionalização de movimentos e organizações se dá com a aparição da obra de Rosenau em 1990: haveria um mundo multicentrado autônomo e em competição com o mundo estado-cêntrico, no qual ocorrem inúmeras transformações de caráter micro-sociológico fundamentais para entender os transnacionalismos (enfraquecimento das lealdades nacionais, retomada de identidades no nível infranacional, fragmentação comunitária, desenvolvimento de diplomacias privadas). Os indivíduos contemporâneos são, para Rosenau (1990), mais bem-informados e capacitados para pensar e agir sobre a política mundial (*skillfull individuals*); eles têm uma base de lealdade territorializada (são cidadãos de um Estado), mas desenvolvem múltiplas formas de subordinação social des-reterritorializadas (ecologistas, humanitárias, feministas, redes de direitos humanos etc.). Aqui, caberia um paralelo com o pensamento de Elias (1991): para o sociólogo alemão, a integração eventual de indivíduos a formas de organização social que ultrapassam as fronteiras nacionais não deriva de convicções ou da boa vontade individuais, mas traduzem uma configuração de cadeias de interdependência entre eles.

A literatura especializada tende a consagrar as redes como forma de organização por excelência dos transnacionalismos (CASTELLS, 1998; COLONOMOS, 1995). Já em 1972, Burton propôs o modelo da teia de aranha (*cobweb model*) a fim de ilustrar as interações planetárias. O que nos anos 1970 parecia novidade será descrito por Castells (1998) como a nova morfologia social das sociedades contemporâneas; para ele, as redes e a difusão das lógicas reticulares determinam amplamente os processos de produção, experiência, poder e cultura. A rede corresponderia a um conjunto de nós interconectados e interligados, seguindo objetivos comuns, fortalecendo-se mutuamente (reciprocidade, valor do elo), podendo se multiplicar em novas unidades. São exemplos clássicos os mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares na rede de fluxos financeiros globais; também ilustram essa categoria de análise os campos de coca e papoula, os laboratórios clandestinos, os postos de armazenamento, de venda e comércio da rede de narcotráfico. Há um aspecto importante a notar: qual seria o centro de poder da rede? Para Castells (1998), as redes são flexíveis e regidas por mecanismos de auto-regulação, mas isso não significa que não haja nelas hierarquias.

No caso das redes transnacionais, são construídos espaços políticos ampliados que transcendem as fronteiras do Estado-nação (COLONOMOS, 1995). As redes transnacionais seriam formas de organização social de baixa institucionalidade associando indivíduos e grupos em um raio de intercâmbios e obrigações recíprocas cujas dinâmicas visam desenvolver e consolidar ações coletivas nas esferas sociais, políticas e econômicas em escala transnacional. Às trocas e conexões – duas palavras-chave das organizações reticulares – devem ser acrescentados, no caso das redes transnacionais, os seguintes aspectos (COLONOMOS, 1995): trans-escala (outra territorialidade), abertura (sem fronteira), multifuncionalidade, flexibilidade (conversão de recursos, valores e logística de um espaço a outros) e adaptabilidade (por exemplo, redes de solidariedade religiosa que também prestam serviços de assistência social e dão suporte a projetos políticos), relações de poder (os nós da rede não são desprovidos de interesse e paixão).

É evidente que da natureza organizacional e política dessas redes transnacionais decorrem grandes dificuldades que têm as autoridades governamentais e os regimes internacionais de controlá-las, cooperar com elas ou de combater seus efeitos (por exemplo, no caso de redes criminosas de tráfico de armamentos, drogas, seres humanos). Redes de movimentos sociais transnacionais podem ameaçar a segurança dos Estados nacionais (islamismo fundamentalista, por exemplo), constituindo-se em fontes novas de conflitos internacionais; interagem com estruturas domésticas (instituições, relações Estado-sociedade, cultura política); têm acesso ao espaço público

de debates e, em alguns casos, impacto político na agenda de organizações intergovernamentais (RISSE-KAPPEN, 1995; DEVIN, 2004).

A globalização e os transnacionalismos colocam em xeque, além da soberania e da autoridade do Estado, a própria noção de território nacional: ele é contestado por identidades infranacionais, processos de integração regional, mas também, no caso europeu, pelo direito comunitário (BADIE, 1995). É bem verdade que ainda existem conflitos territoriais clássicos.⁴ Afinal de contas, o território é um dos componentes essenciais da realidade material do Estado nacional e de sua soberania delimitada pelas fronteiras. É no território que o Estado exerce sua jurisdição, e é por meio dele que as comunidades políticas da modernidade se diferenciam. No entanto, o que os movimentos sociais transnacionais e as organizações em rede revelam de modo muito particular é a necessidade de re-contextualizar a política contemporânea na qual o nítido recorte moderno entre política doméstica e política exterior, alta e baixa política (*high politics* e *low politics*), *hard power* e *soft power*, entre outras dicotomias clássicas no estudo das relações internacionais, tende a se relativizar e a ser desconstruído (MILANI e LANIADO, 2006).

Nesse sentido, as contribuições seminais de Walker (1993) são uma ferramenta fundamental na análise de como as fronteiras e os territórios construídos sob a imaginação política moderna (enquanto filosofia da história) se confrontam, na contemporaneidade, com as demandas de superação (ir além) dos horizontes ontológicos produzidos pela geopolítica estatal. O realismo político não peca por insistir na importância do Estado, mas por não aprofundar consistentemente a análise do que constitui o Estado, como ele se constrói, quais são as suas contradições (WALKER, 1993:46). A filosofia da história por detrás do realismo tende a impor-nos a concepção ontológica de que a autoridade central dos Estados (sua soberania, sua capacidade de controle sobre o território nacional) seria uma condição *sine qua non* e suficiente para a vida política internacional – ao invés de *uma* característica particular de algumas formas possíveis da vida política mundializada. Como afirmam Inayatullah e Blaney (2004), dialogando com Robert Walker, as relações internacionais são um mundo, mas são igualmente vários mundos, nos quais há zonas de contato que evidenciam a co-presença temporal e espacial de sujeitos, atores e processos políticos anteriormente separados por disjuntivas geográficas e históricas. Hoje, essas trajetórias interagem, dialogam, entram em conflito aberto umas com as outras, rompendo o “império da uniformidade” antes imposto por fronteiras exclusivas e incondicionadas

⁴ A crise entre a Espanha e o Marrocos, em 2002, acerca da ilha de Perejil (situada no estreito de Gibraltar a aproximadamente 200 metros da costa marroquina e a uns 8 km da cidade espanhola de Ceuta) ilustra bem a permanência de conflitos territoriais de tipo tradicional. Tropas do Marrocos chegaram à ilhota em 2002 e foram posteriormente retiradas pelos espanhóis. Não existe nenhum acordo bilateral ou multilateral acerca de que Estado exerce a soberania sobre esta ilha.

(INAYATULLAH e BLANEY, 2004:187). Desse processo de ruptura/abertura resulta um espaço mundial contemporâneo não mais recortado tão-somente por Estados nacionais, mas reconfigurado como verdadeira “estrutura plurilateral” (CERNY, 1995:595).

Referências

BADIE, Bertrand. *La fin des territoires: essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, 1995. (Collection L'Espace du Politique)

BARTELSON, Jens. Three concepts of globalization. *International Sociology*, Journal of the International Sociological Association, v. 15, n. 2, jun. 2000.

BIERSTEKER, Thomas. State, sovereignty and territory. In: CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas e SIMMONS, Beth (Orgs.). *Handbook of International Relations*. Londres: SAGE, 2001. p. 157-176.

BRAGUE, Rémi. Avons-nous besoin de frontières? *L'Europe, quelles frontières*, collection Penser l'Europe, Centre d'Analyse et de Prévision, Ministère des Affaires Etrangères (France), p. 4-21, 2007.

BRENNER, Neil. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 16, p. 459-481, 1998.

BURTON, John. *World society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

CERNY, Phillip. Globalization and the logic of collective action. *International Organization*, v. 49, n. 4, p. 595-625, 1995.

CASTELLS, Manuel. *La société en réseaux*. Paris: Fayard, 1998.

COLONOMOS, Ariel. *Sociologie des réseaux transnationaux*. Paris: L'Harmattan. 1995.

DEGENNE, Alain, FORSE, Michel. *Les réseaux sociaux*. Paris: Armand Collin, 1994.

DEVIN, Guillaume (Org.). *Les Solidarités Transnationales*. Paris: L'Harmattan, 2004.

DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991.

- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, maio, p. 1360-1380, 1973.
- GUIBERNAU, M. *Nacionalismos, o Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- INAYATULLAH, Naeem e BLANEY, David L. *International Relations and the problem of difference*. New York: Routledge, 2004.
- MILANI, Carlos R. S., LANIADO, Ruthy Nadia. Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n. 2, 2007.
- MORAES, Reginaldo C. Correa. *Estado, desenvolvimento e globalização*. São Paulo: UNESP, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RISSE-KAPPEN, Thomas (Org.). *Bringing transnational relations back in: non-state actors, domestic structures and international institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ROSENAU, James. *Turbulence in World Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- SJOBORG, Laura. Scaling IR theory: geography's contribution to where IR takes place. *International Studies Review*, v. 10, n. 3, p. 472-500, 2008.
- THERBORN, Göran. Globalisations, dimensions, historical waves, regional effects, normative governance. *International Sociology, Journal of the International Sociological Association*, v. 15, n. 2, jun. 2000.
- VALENCIA GARCÍA, Guadalupe. *Entre cronos y kairós: las formas del tiempo sociohistórico*. Barcelona: Anthropos Editorial e México D.F.: UNAM, 2007.
- WALKER, R. B. J. *Inside/outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Le système du monde du XVe. siècle à nos jours*. Paris: Flammarion, 1984.
- WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.